



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 160,00

| Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional - E.P., em Luanda, Rua Henrique de Carvalho n.º 2, Cidade Alta, Caixa Postal 1306, www.impressanacional.gov.ao - End. teleg.: «Imprensa». | ASSINATURA | O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª série é de Kz: 75.00 e para a 3.ª série Kz: 95.00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na tesouraria da Imprensa Nacional - E. P. |
|---|----------------|--|
| | Ano | |
| | As três séries | Kz: 611 799.50 |
| | A 1.ª série | Kz: 361 270.00 |
| | A 2.ª série | Kz: 189 150.00 |
| | A 3.ª série | Kz: 150 111.00 |

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 89/17:

Aprova o valor de AKz: 1.040.000.000,00 para o financiamento, de modo equitativo, da campanha eleitoral dos Partidos ou Coligações de Partidos Políticos com as candidaturas definitivamente aprovadas pelo Tribunal Constitucional e a abertura do crédito adicional a favor da Unidade Orçamental — Ministério das Finanças no montante de AKz: 1.040.000.000,00, para o pagamento da referida despesa.

Decreto Presidencial n.º 90/17:

Aprova a abertura de crédito adicional no montante de Kz: 42.987.724.769,33, para o pagamento de despesas relacionadas com o Programa de Potenciação e Apetrechamento Técnico Militar das Forças Armadas Angolanas, afecto à Unidade Orçamental — Ministério da Defesa Nacional.

Decreto Presidencial n.º 91/17:

Fixa para Kz: 16.503,30 o salário mínimo nacional garantido único. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 144/14, de 9 de Junho.

Decreto Presidencial n.º 92/17:

Aprova o reajustamento do vencimento-base do Pessoal de Investigação Científica. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 141/14, de 9 de Junho.

Decreto Presidencial n.º 93/17:

Ajusta o montante das pensões do nível de protecção social obrigatória. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Decreto Presidencial.

Decreto Presidencial n.º 94/17:

Aprova o reajustamento dos vencimentos-base do pessoal da Carreira Especial do Trabalhador Social. — Revoga toda a legislação que contrarie o disposto no presente Diploma, nomeadamente o Decreto Presidencial n.º 136/14, de 9 de Junho.

Ministério da Geologia e Minas

Decreto Executivo n.º 306/17:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, deste Ministério.

Decreto Executivo n.º 307/17:

Aprova o Regulamento Interno do Gabinete de Tecnologias de Informação, deste Ministério.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Decreto Presidencial n.º 89/17
de 7 de Junho**

Considerando que em ano eleitoral o Orçamento Geral do Estado deve incluir uma dotação para financiar, de modo equitativo, os Partidos e Coligações de Partidos Políticos com as candidaturas definitivamente aprovadas pelo Tribunal Constitucional, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º da Lei n.º 10/12, de 22 de Março, Lei do Financiamento aos Partidos Políticos;

Havendo necessidade de se aprovar o valor monetário necessário para financiar a campanha eleitoral dos Partidos e Coligações de Partidos Políticos concorrentes às eleições gerais de 2017 e de se proceder à abertura do respectivo crédito adicional;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

**ARTIGO 1.º
(Aprovação)**

1. É aprovado o valor de AKz: 1.040.000.000,00 (mil milhões e quarenta milhões de Kwanzas) para o financiamento, de modo equitativo, da campanha eleitoral dos Partidos ou Coligações de Partidos Políticos com as candidaturas definitivamente aprovadas pelo Tribunal Constitucional, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º da Lei n.º 10/12, de 22 de Março, Lei do Financiamento aos Partidos Políticos.

2. É aprovada a abertura do crédito adicional a favor da Unidade Orçamental — Ministério das Finanças no montante de AKz: 1.040.000.000,00 (mil milhões e quarenta milhões de Kwanzas) para o pagamento de despesas referidas no n.º 1 do presente Diploma.

Tabela de Índices e de Vencimento Base da Carreira do Trabalhador Social

| Pessoal Técnico | | Índice 100 = Kz: 39.731,93 | | |
|----------------------|----------------------------------|----------------------------|--|-----------------|
| Grupo Pessoal | Carreira/Categoria | Índice | | Vencimento Base |
| Técnico Superior | Assistente Principal | 540 | | 214.552,40 |
| | Assistente Social de 1.ª Classe | 480 | | 190.713,25 |
| | Assistente Social de 2.ª Classe | 420 | | 166.874,09 |
| | Assistente Social de 3.ª Classe | 350 | | 139.061,74 |
| Técnico Médio | Educador Principal de 1.ª Classe | 220 | | 89.907,67 |
| | Educador Principal de 2.ª Classe | 200 | | 81.734,25 |
| | Educador Principal de 3.ª Classe | 180 | | 73.560,82 |
| | Educador de 1.ª Classe | 160 | | 65.387,40 |
| | Educador de 2.ª Classe | 140 | | 57.213,97 |
| | Educador de 3.ª Classe | 120 | | 49.040,55 |
| Pessoal não Técnico | | Índice 100 = Kz: 15.271,98 | | |
| Carreira não Técnica | Activista Principal | 300 | | 45.815,95 |
| | Activista de 1.ª Classe | 280 | | 42.761,55 |
| | Activista de 2.ª Classe | 260 | | 39.707,16 |
| | Activista de 3.ª Classe | 240 | | 36.652,76 |
| | Vigilante Principal | 260 | | 39.707,16 |
| | Vigilante de 1.ª Classe | 240 | | 36.652,76 |
| | Vigilante de 2.ª Classe | 220 | | 33.598,36 |
| | Vigilante de 3.ª Classe | 200 | | 30.543,97 |

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

MINISTÉRIO DA GEOLOGIA E MINAS

Decreto Executivo n.º 306/17 de 7 de Junho

Convindo adequar a actividade e funcionamento do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Ministério da Geologia e Minas na sequência da aprovação do Estatuto Orgânico deste Ministério;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 22.º do Decreto Presidencial n.º 176/14, de 25 de Julho, determino:

Artigo 1.º — É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Ministério da Geologia e Minas, anexo ao presente Decreto Executivo e dele sendo parte integrante.

Artigo 2.º — As dúvidas e omissões que emergirem da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo serão resolvidas por Despacho do Ministro da Geologia e Minas.

Artigo 3.º — Este Decreto Executivo entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 3 de Abril de 2017.

O Ministro, *Francisco Manuel Monteiro de Queiroz*.

REGULAMENTO INTERNO DO GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA — GEPE

CAPÍTULO I Disposições Gerais

ARTIGO 1.º (Definição)

O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, abreviadamente designado por «GEPE», é o serviço de apoio técnico de carácter transversal que tem como funções principais a preparação de medidas de política e estratégia do Sector da Geologia e Minas, estudos e análise regular sobre a execução geral das actividades dos serviços do Ministério, bem como a orientação e coordenação da actividade de estatística de entre outras.

ARTIGO 2.º (Atribuições)

No âmbito das atribuições estabelecidas pelo artigo 9.º do Estatuto Orgânico do Ministério da Geologia e Minas, incumbe, em especial, ao Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística:

- a) Realizar estudos que contribuam para a formulação de estratégia e políticas para o Sector Geológico e Mineiro;
- b) Analisar a evolução da actividade económica e financeira no âmbito da actuação do Ministério e avaliar os resultados da implementação das medidas de política neste domínio;
- c) Elaborar em colaboração com os demais órgãos e organismos os projectos anuais de investimento no âmbito do Ministério e acompanhar a sua execução;
- d) Assegurar a coordenação e análise da produção estatística e a difusão da respectiva informação;
- e) Assegurar a coordenação e adequação dos sistemas de informação e gestão dos meios informáticos do Ministério da Geologia e Minas;
- f) Elaborar, anualmente e em estreita colaboração com os órgãos e empresas do Sector, o relatório das actividades geológicas e mineiras;
- g) Exercer as funções cometidas ao Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, nos termos da legislação sobre os órgãos de planificação;
- h) Elaborar o projecto de orçamento do Ministério;
- i) Desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

CAPÍTULO II Organização

ARTIGO 3.º (Estrutura orgânica)

O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística tem a estrutura seguinte:

- a) Direcção;
- b) Departamento de Estudos e Estatística;
- c) Departamento de Planeamento;
- d) Departamento de Monitoramento e Controlo;
- e) Secretariado Administrativo.

ARTIGO 4.º (Direcção)

1. O Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é dirigido por um responsável com a categoria de Director Nacional, ao qual compete, em especial:

- a) Representar o Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística;
- b) Organizar e dirigir os serviços do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística;
- c) Garantir o cumprimento das orientações emanadas pelo Ministério do Planeamento;
- d) Submeter à apreciação do Ministro os assuntos que careçam de resolução superior;
- e) Apresentar os relatórios de actividades do Gabinete e sobre matéria específica de acordo com a orientação do Ministro;
- f) Executar as deliberações de que for incumbido pelo Ministro;

- g) Elaborar propostas e emitir pareceres sobre a nomeação, avaliação, promoção, exoneração, movimentação e classificação do pessoal do Gabinete;
- h) Desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou determinação superior.

2. Nas suas ausências e impedimentos, o Director do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é substituído por um responsável por si designado.

ARTIGO 5.º (Departamento de Estudos e Estatística)

1. O Departamento de Estudos e Estatística é a estrutura do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística encarregue de organizar, dirigir e controlar todas as acções relacionadas com os estudos técnico-económicos e estatísticos do Sector da Geologia e Minas.

2. Ao Departamento Estudos e Estatística compete em especial:

- a) Realizar, em colaboração com os serviços competentes em matéria de estatística e nos termos da lei, o trabalho metodológico de informação estatística;
- b) Recolher, tratar e analisar os dados estatísticos para o controlo da execução do plano e executar as tarefas para o seu envio aos órgãos e serviços competentes nos prazos fixados;
- c) Inventariar e conservar os documentos de interesse para o eficiente trabalho e constante actualização dos diversos serviços do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística;
- d) Centralizar a recolha e divulgação da informação estatística e outros dados relativos ao Sector da Geologia e Minas;
- e) Promover a recolha, processamento e divulgação de informação estatística necessária ao cumprimento das atribuições cometidas ao Ministério;
- f) Elaborar boletins estatísticos e divulgar os resultados obtidos em colaboração com os serviços competentes e controlo metodológico no domínio da estatística;
- g) Desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

3. O Departamento de Estudos e Estatística é dirigido por um responsável com a categoria de Chefe de Departamento.

ARTIGO 6.º (Departamento de Planeamento)

1. O Departamento de Planeamento é a estrutura do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística encarregue de acompanhar a actividade de planificação no domínio da Geologia e Minas.

2. Ao Departamento de Planeamento compete em especial:

- a) Coordenar as tarefas de planeamento do Ministério e elaborar o respectivo Projecto de Plano Ministerial;
- b) Adoptar as orientações metodológicas e organizativas do Ministério em matéria de planeamento;

- c) Elaborar propostas dos indicadores do plano do Sector da Geologia e Minas, fixando para cada ramo as proporções adequadas;
- d) Levar ao conhecimento dos organismos e unidades do Sector os indicadores, normas e tarefas estabelecidas para a elaboração do respectivo projecto do plano;
- e) Elaborar e em estreita colaboração com os órgãos e empresas do sector, os relatórios trimestrais, semestrais e anuais relativos às actividades geológicas e mineiras;
- f) Apresentar os relatórios de análise da execução do plano do Sector nos prazos fixados;
- g) Elaborar em colaboração com os demais órgãos e organismos os projectos anuais de investimento no âmbito do Ministério e acompanhar a sua execução;
- h) Elaborar em colaboração com a Secretária Geral, o projecto de orçamento do Ministério;
- i) Estudar as oportunidades e necessidades de investimentos no Sector; propor as alterações ao plano e as medidas de emergência que se mostrem necessárias adoptar;
- j) Fornecer aos organismos e unidades económicas dependentes do Ministério as orientações metodológicas da execução do plano;
- k) Acompanhar e participar na elaboração das propostas de programação financeira do Sector;
- l) Exercer as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

3. O Departamento de Planeamento é dirigido por um responsável com a categoria de Chefe de Departamento.

ARTIGO 7.º

(Departamento de Monitoramento e Controlo)

1. O Departamento de Monitoramento e Controlo é a estrutura do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística encarregue de coordenar todas as acções relacionadas com as actividades de recolha, compilação e processamento da informação estatística resultante das actividades da geologia e minas.

2. Ao Departamento de Monitoramento e Controlo compete em especial:

- a) Propor as linhas fundamentais de desenvolvimento do Sector da Geologia e Minas;
- b) Propor a adopção de novas formas organizativas e métodos de trabalho com vista a um aperfeiçoamento contínuo das actividades do Sector;
- c) Elaborar o projecto de plano de investimento público e controlar a sua execução;
- d) Elaborar estudos, analisar e emitir pareceres sobre os projectos de investimentos do Sector da Geologia e Minas;
- e) Controlar a execução dos contratos de assistência técnica, bem como a utilização das ajudas internacionais;

- f) Elaborar e acompanhar o programa de redimensionamento empresarial do Sector;
- g) Acompanhar os processos de auditoria económica e financeira, bem como a avaliação patrimonial das empresas públicas do Sector;
- h) Acompanhar a elaboração e a execução do orçamento administrativo do Sector;
- i) Efectuar visitas de controlo às províncias para monitoria e avaliação da execução física do Programa de Investimentos Públicos (P.I.P.) do Sector;
- j) Emitir parecer sobre projectos de investimentos das empresas do Sector da Geologia e Minas;
- k) Acompanhar a execução dos programas e projectos de investimento sob tutela do Ministério;
- l) Promover estudos económicos e financeiros necessários à definição de instrumentos da política da Geologia e Minas;
- m) Propor as linhas fundamentais de desenvolvimento do Sector da Geologia e Minas;
- n) Exercer as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

3. O Departamento de Monitoramento e Controlo é dirigido por um responsável com a categoria de Chefe de Departamento.

ARTIGO 8.º

(Secretariado Administrativo)

1. O Secretariado Administrativo é a unidade de serviço do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística responsável pela coordenação e controlo das actividades administrativas.

2. Ao Secretariado Administrativo compete em especial:

- a) Controlar e registar a entrada de toda a documentação e a sua distribuição aos demais órgãos e serviços do Ministério da Geologia e Minas e Órgãos Tutelados;
- b) Proceder à expedição de toda a documentação;
- c) Coordenar e executar o trabalho de dactilografia e informática;
- d) Assegurar o cumprimento das orientações relativas ao controlo da pontualidade e assiduidade do pessoal do Gabinete;
- e) Providenciar o controlo do património, o fornecimento do material de consumo corrente para o bom funcionamento e execução das tarefas do Gabinete;
- f) Organizar o arquivo do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística;
- g) Executar as demais funções que lhe sejam cometidas por lei ou por determinação superior.

ARTIGO 9.º

(Competências do Chefe de Departamento)

Ao Chefe de Departamento compete, em especial:

- a) Organizar, orientar e coordenar os serviços do Departamento;
- b) Assegurar o cumprimento das tarefas fundamentais do Departamento;
- c) Controlar a assiduidade e pontualidade dos funcionários;

- d) Elaborar periodicamente os planos de actividade dos respectivos Departamentos e os respectivos relatórios sobre o grau de cumprimento dos mesmos;
- e) Assinar os termos de abertura e encerramento dos livros em uso nos respectivos Departamentos;
- f) Decidir e tomar iniciativa sobre todas as tarefas já programadas e prestar contas do seu cumprimento ao respectivo Director do Gabinete;
- g) Coordenar a execução das actividades do Departamento e zelar pela disciplina necessária;
- h) Elaborar trimestralmente o relatório de actividades do Departamento.

ARTIGO 10.º
(Quadro do pessoal)

O quadro do pessoal do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é o que consta do Anexo I ao presente Regulamento, do qual é parte integrante.

ARTIGO 11.º
(Organograma)

O organograma do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística é o constante do Anexo II ao presente Regulamento, do qual é parte integrante.

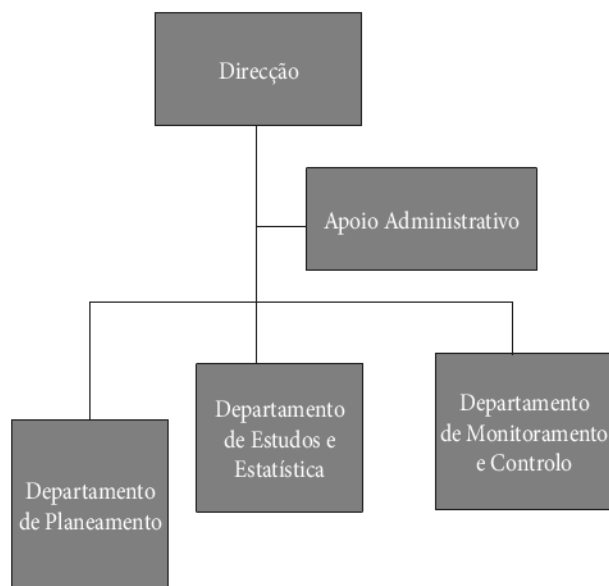
O Ministro, *Francisco Manuel Monteiro de Queiroz*.

ANEXO I
Quadro de Pessoal a que se refere o artigo 10.º
do Regulamento que antecede

| Grupo de Pessoal | Categoria/Cargo | Número de Lugares |
|------------------------|--------------------------------|-------------------|
| Direcção e Chefia | Director | |
| | Chefe de Departamento | 3 |
| Técnico Superior | Assessor Principal | 1 |
| | Primeiro Assessor | |
| | Assessor | |
| | Técnico Superior Principal | |
| | Técnico Superior de 1.ª Classe | 3 |
| | Técnico Superior de 2.ª Classe | |
| Especialista Principal | Especialista Principal | |
| | Especialista de 1.ª Classe | |
| | Especialista de 2.ª Classe | |
| | Técnico de 1.ª Classe | |
| | Técnico de 2.ª Classe | |
| | Técnico de 3.ª Classe | |

| Grupo de Pessoal | Categoria/Cargo | Número de Lugares |
|------------------|---------------------------------------|-------------------|
| Técnico Médio | Técnico Médio Principal de 1.ª Classe | |
| | Técnico Médio Principal de 2.ª Classe | |
| | Técnico Médio Principal de 3.ª Classe | |
| | Técnico Médio de 1.ª Classe | |
| | Técnico Médio de 2.ª Classe | |
| | Técnico Médio de 3.ª Classe | 1 |
| TOTAL | | 8 |

ANEXO II
Organograma do Gabinete de Estudo, Planeamento
e Estatística a que se refere o artigo 11.º
do Regulamento que antecede



O Ministro, *Francisco Manuel Monteiro de Queiroz*.

Decreto Executivo n.º 307/17
de 7 de Junho

Convindo adequar a actividade e funcionamento do Gabinete de Tecnologias de Informação do Ministério da Geologia e Minas na sequência da aprovação do Estatuto Orgânico deste Ministério;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o artigo 22.º do Decreto Presidencial n.º 176/14, de 25 de Julho, determino:

Artigo 1.º — É aprovado o Regulamento Interno do Gabinete de Tecnologias de Informação do Ministério da Geologia e Minas, anexo ao presente Decreto Executivo e dele sendo parte integrante.